

# 41º EXAME DE ORDEM UNIFICADO

## DIREITO CIVIL

### PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL



#### SEU CADERNO

Além deste caderno de rascunho contendo o enunciado da peça prático-profissional e das quatro questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- um caderno destinado à transcrição dos textos definitivos das respostas.



#### TEMPO

- **5 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos.
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de rascunho.
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de rascunho.



#### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os examinandos.
- Levantar da cadeira sem a permissão do fiscal de sala.
- Portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, walkman, agenda eletrônica, notebook, netbook, palmtop, receptor, gravador, telefone celular, máquina fotográfica, protetor auricular, MP3, MP4, controle de alarme de carro, pendrive, fones de ouvido, Ipad, Ipod, Iphone etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha e/ou corretivo de qualquer espécie.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



#### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se a disciplina constante da capa deste caderno coincide com a registrada em seu caderno de textos definitivos. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o caderno de textos definitivos. Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões discursivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado. Não será permitida a troca do caderno de textos definitivos por erro do examinando. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do caderno de textos definitivos.
- A FGV coletará as impressões digitais dos examinandos na lista de presença.
- Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas. Esses examinandos poderão acompanhar, caso queiram, o procedimento de conferência da documentação da sala de aplicação, que será realizada pelo Coordenador da unidade, na Coordenação do local de provas. Caso algum desses examinandos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, deverá assinar termo desistindo do Exame e, caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas.
- Boa prova!

"Qualquer semelhança nominal e/ ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência"



## FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

**CÓDIGO:**

2407251361M

**TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

**NUMERAÇÃO:**

1º Simulado

**NOME DO ÓRGÃO:**

Ordem dos Advogados do Brasil

OAB

**EXAME:**

2ª Fase do Exame 41º

**DISCIPLINA:**

Direito Civil

**MODELO/BANCA:**

FGV – OAB

**DATA DE APLICAÇÃO:**

8/2024

**ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

8/2024

---

## QUESTÃO 01

*Maria Lúcia conheceu João de Santo Cristo por meio de um site de relacionamento. Após seis meses de namoro, resolveram se casar. O casamento ocorreu por meio de procuração, uma vez que ambos os nubentes estavam fora de seus domicílios. Dois meses após a celebração, tiveram um primeiro encontro e passaram a morar juntos. Ocorre que, após dois meses de coabitação, Maria Lúcia descobriu a real ocupação de João de Santo Cristo: garoto de programa. Decepcionada com a descoberta, e entendendo ser impossível manter seu casamento naquelas condições, teve uma séria conversa com João e saiu de casa. A partir dessa realidade, responda:*

- a) Qual medida judicial você indicaria para sua cliente Maria Lúcia? Justifique. (0,75)
- b) Há prazo para a utilização da referida medida? Justifique. (0,5)

---

## QUESTÃO 02

*Sandoval, cidadão de baixa renda, vinte anos, solteiro e sem filhos, foi preso em flagrante e conduzido para a Delegacia de Juiz de Fora – MG. Considerando que sua transferência para o presídio só aconteceria na manhã seguinte, acabou por pernoitar na cela da delegacia, com outros três presos. Ocorre que, durante a madrugada, ele foi cruelmente assassinado por outros dois presos que confessaram, havendo falha no dever de fiscalização dos agentes e delegado plantonistas. Diante de sua morte, sua mãe Olívia deseja ser indenizada e promover uma ação contra o município. Ressalte-se que sua genitora, viúva, era dependente financeiramente do filho único, que era pedreiro. A partir dessa realidade, responda:*

- a) Como se classifica a responsabilidade civil nesse caso? Explique. (0,5)
- b) Considerando a morte da vítima, o que a sua genitora Olívia poderá pleitear? Justifique. (0,75)

---

## QUESTÃO 03

*César é viúvo e tem três filhos: Camila, Carlos e Catarina. Após seus filhos completarem a maioridade, ele passou a se relacionar com Cleuza, com quem teve mais uma filha, Carolina. Após o nascimento desta, Cleuza e César se casaram no regime da comunhão parcial de bens. Posteriormente, César foi diagnosticado com câncer e faleceu após seis meses do diagnóstico. Antes de sua morte, Carlos tentou matar sua madrasta envenenada, mas ela sobreviveu. Por conseguinte, foi feito o inventário e partilha dos bens. Carlos então resolveu vender o imóvel que tinha recebido de herança do pai para Júlio, negociação essa que foi devidamente concretizada. Ocorre que, um ano após a morte de César, Carlos foi devidamente condenado por tentativa de homicídio doloso de sua madrasta, por sentença penal condenatória transitada em julgado. Após o ocorrido, a amiga de Cleuza, a advogada Lícia, afirmou que seria possível reaver o bem herdado por Carlos, diante de sua conduta criminosa e, conseqüentemente, indigna. A partir desses fatos, responda:*

- a) A opinião de Lícia é correta? Explique. (0,75)
- b) Júlio poderá ser atingido em virtude da conduta criminosa de Carlos contra sua madrasta? Explique. (0,5)

---

## QUESTÃO 04

*Leonardo adquiriu um imóvel de Tales, pelo valor de R\$ 300.000,00, em janeiro de 2022. Por meio do referido contrato, havia uma cláusula expressa de exclusão da responsabilidade em caso de evicção. Ocorre que, um ano após a aquisição do bem, o imóvel foi reivindicado por Sílvia, que se intitulava real proprietária do bem. A ação foi proposta contra Leonardo, tendo sido inexitosa a audiência de conciliação/mediação, abrindo-se o prazo para resposta do réu. Considerando tal realidade, responda:*

- a) A cláusula acima mencionada é válida? Justifique. (0,5)
- b) Qual(is) caminho(s) processual(is) você indicaria para Leonardo? Explique. (0,75)

---

# PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Maria Ângela casou-se com Edilson em 11 de janeiro de 2015, sob o regime da comunhão parcial de bens, sem alteração do patronímico. Dessa união nasceu o filho Tomaz, que acabou falecendo com três meses de vida.

Durante o casamento, o casal adquiriu uma casa, dois carros e um lote situado em Aparecida de Goiânia. A casa do casal está situada em área urbana de Alexânia/GO, com 200 metros quadrados.

Durante o casamento, Maria Ângela recebeu um apartamento de herança de seu pai, situado em Abadiânia/GO. Ocorre que, desde então, o referido imóvel encontra-se alugado, sendo o valor depositado em uma conta poupança, de titularidade de Maria Ângela.

Edilson, antes de casar, recebeu em doação de seu pai um lote em Anápolis/GO, conforme escritura pública devidamente registrada no Cartório de Imóveis competente.

Todavia, durante o casamento foi construída uma casa no referido lote, onde o casal passava alguns fins de semana e feriados.

Além disso, Edilson possui uma dívida de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), contraída em seu nome para a reforma da casa de Alexânia/GO.

Ressalte-se que, após o referido acidente e com a morte de seu único filho, Edilson passou a ter um comportamento depressivo, o que o levou a sair de casa com a roupa do corpo, deixando apenas um bilhete para a esposa dizendo: "EU NÃO QUERO MAIS".

Desde então (22 de junho de 2022), ele não retornou ao lar e não manteve qualquer contato com a esposa, que seguiu sua vida solitária, até conhecer André, novo funcionário da empresa onde ela trabalha há dez anos.

Após alguns meses de namoro, André pediu Maria Ângela em casamento, razão pela qual ela procurou um advogado, a fim de dissolver o vínculo conjugal ainda existente entre ela e Edilson.

Assim, foi promovida uma ação de divórcio em Alexânia/GO, último domicílio conhecido do réu, perante a 1ª Vara de Família, processo eletrônico n.: 1233590.

Por meio da referida demanda, Maria Ângela pleiteou a dissolução do vínculo conjugal, com a partilha dos seguintes bens:

a) as acessões artificiais no lote de Anápolis/GO – (50%) para cada cônjuge;

b) a partilha dos dois carros (50%) para cada cônjuge;

Ademais, Maria Ângela alegou não haver dívidas a partilhar, bem como requereu a usucapião por abandono de lar, da metade do imóvel de Alexânia/GO (imóvel avaliado em R\$ 500.000,00).

Ressalte-se que, apesar de **citado por edital**, Edilson tomou ciência da demanda e deseja apresentar resposta e formular uma pretensão em face de Maria Ângela.

Ele concorda com a dissolução do vínculo conjugal e com a partilha das acessões artificiais no lote de Anápolis/GO – (50%) para cada cônjuge; e a partilha dos dois carros (50%) para cada cônjuge. Quanto a esses pontos, deseja o julgamento antecipado parcial.

Ele não concorda com a usucapião, bem como deseja a partilha proporcional da dívida contraída durante o casamento, e dos aluguéis do apartamento de Abadiânia/GO, no valor atual de R\$ 50.000,00, depositado na caderneta de poupança da autora.

---

A audiência de mediação foi dispensada. O prazo de dilação do edital de citação acabou dia 23/07/2024. Nesse contexto, elabore a peça processual cabível, no último dia do prazo.

Considere a inexistência de feriados no período.

SAB	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX
			23	24	<b>25</b>	26
27	28	29	30	31	01	02
03	04	05	06	07	08	09
10	11	12	13	<b>14</b>	15	16